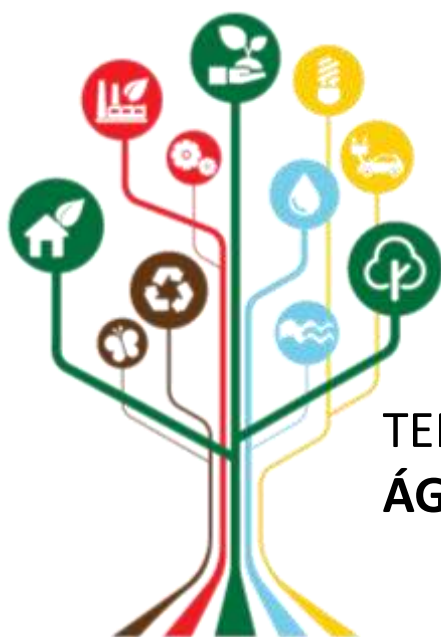


SÍNTESE DA SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA
“COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE
EM PORTUGAL E O SECTOR DA ÁGUA”



TEMA:
ÁGUA

Compromisso para o
CRESCIMENTO VERDE

SÍNTESE DA SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA “COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE EM PORTUGAL E O SECTOR DA ÁGUA”¹

(IST, 21/10/2014)

António Alvarenga - Relator para o Crescimento Verde

23/10/2014

Conteúdo

Enquadramento.....	3
Principais ideias debatidas e sugestões apresentadas durante a sessão:	4
1. Sobre o tema “água” no CCV.....	4
1.1 Transversalidade	4
1.2. Recursos hídricos.....	5
1.3. Sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.....	5
1.4. Internacionalização	6
1.5. Outras ideias/sugestões	6
2. Sobre outros temas	6
2.1. Ligação economia-ambiente e a oportunidade para Portugal.....	6
2.2. Processo e lógica conceptual/metodológica do CCV	6
2.3. Outras ideias/sugestões	7
Lista de pessoas e entidades que contribuíram, durante a sessão, para os conteúdos aqui sintetizados: .	8

¹ Esta síntese apresenta uma proposta de organização das principais ideias e sugestões discutidas na sessão, não associando especificamente uma pessoa/entidade a cada ideia ou sugestão mas identificando, sob a forma de lista, os intervenientes no debate. Trata-se de uma síntese da responsabilidade do relator, aberta a alterações/adendas futuras e não comprometendo nenhum dos intervenientes. Visa preparar o enriquecimento do processo e do documento do CCV, promovendo a discussão técnica sobre o tema mas também a participação de “não -especialistas”.



Enquadramento

Estamos num momento chave: é essencial procurar estabelecer e concretizar uma visão pós-troika de desenvolvimento de longo prazo, alinhada com as grandes tendências pesadas internacionais.

O lançamento do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)² visa promover a transição para um modelo de desenvolvimento que compatibilize as vertentes económica, social e ambiental, no qual diferentes setores desempenhem o seu papel de uma forma integrada, fomentando sinergias no sentido de ultrapassar os importantes desafios que se colocam a Portugal. A crescente tomada de consciência, por parte dos agentes, da sinergia entre economia e sustentabilidade, entre competitividade e valorização ambiental, tem um imenso potencial a desenvolver. E Portugal tem excelentes condições para ser líder deste processo.

O CCV apresenta iniciativas novas e retoma/sublinha outras, procurando uma coerência estratégica multisectorial e o estabelecimento de um compromisso de longo prazo que contribua para a estabilidade nas ambições e nos objetivos estratégicos, sem comprometer as diferentes opções ao nível dos modelos de gestão. Propõe uma visão-ambição, concretizada através de um conjunto de objetivos e metas que pretendem ser mobilizadores, indo um pouco mais além do que parece alcançável nas condições “business-as-usual” e constituindo-se, desta forma, como alavancas para a inovação e a eficiência.

O CCV assume que pelo menos tão importante quanto o conteúdo do Compromisso é o processo de participação e de co-responsabilização na sua formulação e implementação. Assume ainda que impactos menos diretos como o aumento do alinhamento e mobilização de longo prazo da sociedade portuguesa, a projeção internacional do país e a sua atratividade, a retenção e atração de talentos e a internacionalização de empresas e projetos, são pelo menos tão importantes como os impactos mais diretos do processo e das iniciativas nele incluídas.

Neste contexto, está em curso um processo de consulta pública ativa e participada do CCV, durante o qual se pretende que os temas que constituem as bases do compromisso sejam explorados e debatidos pelos diferentes agentes, de modo a identificar oportunidades, fragilidades ou constrangimentos e a contribuir para a concertação de interesses, conferindo consistência e robustez ao compromisso a retratar no documento final.

A 1ª conferência temática de iniciativa MAOTE do processo de discussão pública do CCV, dedicada ao tema “Água”, teve lugar no dia 21 de outubro de 2014 no Grande Auditório do IST – Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Teve como entidade organizadora a PPA – Parceria Portuguesa para a Água³, em parceria com o CEHIDRO – Centro de Estudos de Hidrosistemas⁴ e a APA – Agência Portuguesa do Ambiente⁵.

² Para toda a informação sobre o Compromisso para o Crescimento Verde ver:

<http://www.crescimento Verde.gov.pt/compromisso/>.

³ <http://www.ppa.pt/>.

⁴ <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/investigacao/CEHIDRO/>.

⁵ <http://www.apambiente.pt/>.



Apesar de ter estado em discussão a globalidade do documento subjacente ao CCV, o debate teve um enfoque particular, como é natural, nas **6 iniciativas do tema “água” apresentadas no documento que serve de base à discussão pública**⁶:

ÁGUA 1: Promover a redução das perdas de água nos sistemas urbanos de adução e distribuição (identificando as fugas, fazendo a reposição e manutenção do equipamento danificado e a monitorização); Critérios de sucesso: (a) Redução das perdas físicas e comerciais de água (enquadramento: Medidas PENSAAR 2020); (b) Até 2020, reduzir as perdas físicas para valores inferiores a 20% (enquadramento: medidas e metas do PNUEA);

ÁGUA 2: Reduzir pressões sobre as massas de água, identificando as pressões que condicionam o seu estado ecológico e dando prioridade à implementação de medidas economicamente sustentáveis que as diminuam; Critérios de sucesso: (a) Aumentar para 72% as massas de água com estado igual ou superior a bom em 2020 (enquadramento: meta do POSEUR 2022/2023); (b) Atingir 100% de massas de água com estado igual ou superior a bom em 2030 (enquadramento: Diretiva-Quadro da Água e Lei da Água);

ÁGUA 3: Aumentar a taxa de reutilização de água, respeitando critérios económicos, técnicos e ambientais. Critério de sucesso: Taxa de água reutilizada (enquadramento: PNUEA);

ÁGUA 4: Promover a internacionalização de consórcios com empresas sedeadas em Portugal. Critério de sucesso: Taxa de crescimento do montante do investimento atribuído aos consórcios (face a 2012);

ÁGUA 5: Aumentar a eficiência operacional dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Critérios de sucesso: (a) Redução de custos operacionais face aos EVEF⁷ atuais dos sistemas multimunicipais de águas: 23% de redução até 2020 e 32% de redução até 2030 (enquadramento: PENSAAR 2020 e PNUEA); (b) Aumento da taxa de utilização das infraestruturas (enquadramento: PENSAAR 2020 e PNUEA);

ÁGUA 6: Criar instrumentos de promoção da eficiência hídrica como a “certificação hídrica” e a rotulagem hídrica. Critério de sucesso: Número de certificados emitidos e nº de produtos rotulados (enquadramento: PNUEA).

Principais ideias debatidas e sugestões apresentadas durante a sessão:

1. Sobre o tema “água” no CCV

1.1 Transversalidade

A água é um tema transversal e essa característica deverá estar mais explícita no CCV. Alguns exemplos:

- (1) Na ligação ao tema “cidades e território”: ao nível das questões da drenagem urbana e da consideração dos leitos de cheia nos projetos de requalificação urbana (questão intimamente ligada às alterações climáticas) (ligação ao PENSAAR 2020);
- (2) Na ligação ao tema “biodiversidade e serviços dos ecossistemas”: salientar o papel da água para os serviços dos ecossistemas;
- (3) Na ligação ao tema “agricultura e florestas”: boas práticas agrícolas e uso eficiente da água na agricultura são essenciais, também, para o tema “água”;

Adicionalmente, deve ser aprofundado o tratamento de questões como as alterações climáticas e as suas múltiplas interações com, por exemplo, os temas “água”, “agricultura e florestas” (aumentando a relevância do uso eficiente da água na agricultura), “cidades e território” (ligação às infraestruturas) ou “mar”. Também a consideração de acontecimentos extremos apenas é feita no tema “biodiversidade e

⁶ <http://www.crescimentoverde.gov.pt/compromisso/> (p.38).

⁷ Estudos de Viabilidade Económica e Financeira.



serviços dos ecossistemas”. Finalmente, foi referido que poderia ser interessante relacionar explicitamente os catalisadores com as iniciativas dos sectores.

1.2. Recursos hídricos

Esta temática deverá ser mais desenvolvida nas iniciativas do CCV. A articulação com a nova geração de PGRH - Planos de Gestão de Região Hidrográfica⁸ é muito importante e deve ser explícita (em particular na sua ligação à qualidade das massas de água), enquadrando as intervenções a fazer na rede hidrográfica, avaliando a possibilidade de estabelecimento de metas diferenciadas para o país e promovendo a utilização coordenada de águas superficiais e subterrâneas. O papel da Autoridade Nacional da Água, dos Conselhos de Região Hidrográfica e, em geral, a governança do sector deverão estar mais presentes no CCV.

A qualidade e continuidade de informação disponível para a análise e decisão é muito relevante. Em particular, a alocação de recursos à criação de conhecimento e capacitação nas áreas da modelação e monitorização das massas de água pode ser decisiva, tendo sido sugerida uma iniciativa instrumental nesta matéria.

A evolução da TRH deverá ser incluída. Deverá ainda ter-se em conta, em particular no contexto da iniciativa ÁGUA 2, o peso que se poderá colocar sobre algumas aglomerações urbanas do interior onde se situam as massas de água mais sensíveis.

1.3. Sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

Vinte anos depois do ciclo de infraestruturização que pode ser considerado globalmente bem sucedido, está em curso uma mudança de paradigma no modelo de gestão do abastecimento de água e tratamento de águas residuais, promovendo a mudança de enfoque da infraestruturização para a gestão eficiente dos ativos, impulsionando reformas que contribuam para a coesão social e territorial, para a qualidade ambiental e para a sustentabilidade económico-financeira das operações. É importante assumir uma visão empresarial do sector, afirmando-se como uma “utility” moderna e dinâmica, intensiva em tecnologia e inovação.

Este é um assunto de grande importância que liga diretamente às iniciativas ÁGUA 1, ÁGUA 3 e ÁGUA 5. Foram debatidas diferentes perspetivas sobre o processo de reestruturação e de procura de maior sustentabilidade económico-financeira dos sistemas. Este processo assenta em cinco pilares: (1) a regulação; (2) o PENSAAR 2020⁹ (que identifica os investimentos necessários para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais); (3) o financiamento (para o qual o POSEUR¹⁰ será chave); (4) a reorganização territorial dos sistemas; e (5) a reorganização interna do Grupo AdP – Águas de Portugal.

Deverá ser dada toda a atenção a questões como o regulamento tarifário, os custos de manutenção/reabilitação dos sistemas, a falta de adesão da população a alguns investimentos e, neste novo modelo, o aprofundamento das relações / apoio aos municípios (por exemplo, dinamizando a ação

⁸ Ver <http://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=834>.

⁹ PENSAAR 2020 – Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais. Ver: <http://www.apambiente.pt/ajaxpages/destaque.php?id=461>.

¹⁰ Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Ver: <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=408>.



de *stakeholders* de gestão “em baixa”¹¹ no sentido da obtenção de uma melhor escala de atuação – uma possibilidade seria via Associações de Municípios). Os valores apontados como objetivo (iniciativa ÁGUA 5) para a redução de custos operacionais até 2030 devem ter em conta eventuais impactos de “cortes excessivos” e a manutenção da flexibilidade necessária para a consideração de diferentes situações e projetos.

1.4. Internacionalização

A internacionalização das empresas é chave para o futuro do sector. Tendo em conta o facto de, hoje em dia, Portugal ser um estudo de caso internacional no que toca à transformação dos seus sistemas e redes de água e saneamento e possuir fortes competências técnicas, as oportunidades de criação de valor são muito significativas (e já estão a ser exploradas). Neste contexto, são particularmente relevantes as “missões inversas”, em que potenciais clientes vêm conhecer a realidade do sector em Portugal e as capacidades disponíveis, tendo sido sugerido a criação de um Programa para a Internacionalização das empresas.

1.5. Outras ideias/sugestões

- (1) Considerar explicitamente o problema das afluências indevidas às ETAR.
- (2) No âmbito da iniciativa ÁGUA 1 é fundamental substituir a ideia de “identificação de fugas e reparação” pela ideia de “previsão do risco associado às fugas e intervenção em termos de gestão patrimonial no futuro”.
- (3) A definição de uma meta pode ser problemática. Exemplo: meta de 10% para a reutilização de água presente no PNUEA.
- (4) É importante partilhar o conhecimento das "infraestruturas gerais" por todos os *stakeholders* envolvidos, sugerindo-se a criação de uma base cartográfica no domínio da água (tratando-se de informação sensível, esta informação seria de acesso limitado).
- (5) É essencial a capacitação das instituições públicas para a implementação.

2. Sobre outros temas

2.1. Ligação economia-ambiente e a oportunidade para Portugal

O ambiente deve ser considerado como um ativo a preservar, um fator de desenvolvimento e uma oportunidade de criação de valor e de emprego, indissociável das dinâmicas do empreendedorismo e da inovação. Esta relação positiva entre ambiente e economia será, provavelmente, a grande oportunidade de diferenciação económica internacional nas próximas décadas. Portugal tem a oportunidade de liderar o aproveitamento das oportunidades decorrentes desta interação, particularmente tendo em conta os muitos pontos fortes que o país já desenvolveu. Deverá ainda enfrentar, em simultâneo, as crescentes pressões sobre algumas das suas vulnerabilidades recorrentes.

2.2. Processo e lógica conceptual/metodológica do CCV

Em contexto de incerteza, algumas das metas de longo prazo apresentadas no CCV dependem, inevitavelmente, de condições exógenas cujo acompanhamento e compreensão, numa lógica

¹¹ Por abastecimento “em alta” considera-se a captação, o tratamento e o fornecimento de água aos reservatórios. É designada por abastecimento “em baixa” a rede de distribuição de água dos reservatórios até ao consumidor final.



prospetiva, é fundamental para uma reflexão contínua sobre as metas estabelecidas, a sua plausibilidade e capacidade mobilizadora.

As fronteiras conceptuais devem ser mais clarificadas, em particular a forma como servem de critério para a seleção de iniciativas. Será também muito relevante a pormenorização metodológica, realizando-se trabalho adicional sobre os indicadores de concretização e a atualização metodológica dos vários objetivos, indicadores e metas apresentados. Foi sugerida a criação de um “Observatório para o Crescimento Verde” que poderia desempenhar um papel-chave na monitorização, avaliação e realinhamento futuro do CCV.

A ligação entre textos introdutórios dos temas e as iniciativas deve ser “revisitada” pois a abrangência desses textos nem sempre se concretiza numa mesma amplitude das iniciativas. Será de equacionar o desenvolvimento de um texto integrador do conjunto das iniciativas.

2.3. Outras ideias/sugestões

- (1) O CCV reconhece explicitamente o papel da IDI para a competitividade mas será importante distinguir inovação de conhecimento, considerando as necessidades específicas de um ecossistema de inovação.
- (2) O novo Fundo para o Crescimento Verde não deverá pôr em causa as especificidades de cada fundo e as dinâmicas de consignação de receitas, nem conduzir a uma eventual subalternização de algumas áreas.
- (3) É importante aprofundar a dimensão social/laboral do CCV. No que toca à fiscalidade, foi mencionado o interesse de serem consideradas, numa perspetiva social, eventuais necessidades de reconversão resultantes das alterações constantes da Reforma da Fiscalidade Verde.
- (4) O CCV ganharia com uma melhor clarificação da ligação ao Portugal 2020; seria igualmente relevante a apresentação de uma previsão das receitas a afetar às iniciativas e a alocação do financiamento aos diferentes setores.
- (5) No tema “mar” deverá aludir-se à possível extensão da plataforma continental, fonte potencial de mais recursos marinhos (vivos, mas também não vivos, como bolsas de metano, nódulos metálicos ou terras raras), havendo a necessidade de melhorar o conhecimento sobre estes recursos.
- (6) A conservação do solo tem uma importância que justifica uma maior consideração no CCV e nas suas iniciativas. É essencial salientar o papel de uma política de solos de qualidade, e não apenas de ordenamento de território. Entre outras funções, o solo é essencial para o ciclo da água e a qualidade das massas de água, sendo muito importante um quadro legislativo para a proteção do solo, combatendo a desertificação e a perda de qualidade física.



Lista de pessoas e entidades que contribuíram, durante a sessão, para os conteúdos aqui sintetizados¹²:

- > Francisco Nunes Correia, Presidente da PPA – Parceria Portuguesa para a Água;
- > António Heleno Cardoso, Presidente do CEHIDRO – Centro de Estudos de Hidrosistemas;
- > Arlindo Oliveira, Presidente do IST – Instituto Superior Técnico;
- > Jorge Moreira da Silva, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- > Maria da Conceição Cunha, Presidente da APRH – Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos;
- > Fernando Ferreira, Vice-presidente da APEMETA – Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais e Efacec Engenharia e Sistemas;
- > Nelson Geada, Vice-presidente da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas;
- > António Jorge Monteiro, Presidente da APESB – Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental;
- > Rodrigo Oliveira, IST – Instituto Superior Técnico;
- > Jaime Melo Baptista, Presidente da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos;
- > Tiago Domingos, IST – Instituto Superior Técnico;
- > Luís Ribeiro, IST – Instituto Superior Técnico;
- > Jorge Fael, STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local;
- > Raquel Leitão;
- > Afonso Lobato de Faria, Presidente Executivo do Grupo AdP – Águas de Portugal.

Mais informação sobre esta sessão (incluindo o vídeo integral da mesma) e o CCV (documentos chave, eventos, etc.) está disponível em www.crescimentoverde.gov.pt.

¹² Por ordem de participação/intervenção.

